

STF, de novo, não julga a ação da desaposentação

Pela segunda vez, em uma semana, expectativa dos aposentados é frustrada no Supremo

FRANCISCO ALOISE
EDITOR

A expectativa dos aposentados foi, mais uma vez, frustrada na tarde de ontem. É que o Supremo Tribunal Federal (STF) não teve tempo de julgar, pela segunda vez em uma semana, o processo da desaposentação (desistência da aposentadoria e troca por um benefício melhor, usando o novo tempo de contribuição ao INSS).

A pauta de ontem ficou restrita a três julgamentos: Recurso Especial 460320, envolvendo a Volvo do Brasil contra a União, sendo relator o ministro Gilmar Mendes, Recurso Extraordinário (RE) 594296, Estado de Minas Gerais contra Maria Ester Martins Dias, tendo como relator o ministro Dias Toffoli, e RE-584388, Brigida Elisabete contra União Federal, que teve como relator o ministro Ayres Britto.

Os três processos dominaram todos os debates do dia e se estenderam durante todo o tempo integral da sessão plenária.

O processo da desaposentação, que interessa diretamente a milhares de aposentados que continuam no mercado de trabalho, vai ter que aguardar para ser, de novo, pautado.

A expectativa, segundo informações da assessoria do STF, é de que ele seja pautado para a sessão da próxima semana.

EXPECTATIVA

A expectativa pelo assunto é tão grande em todo País, que mais uma vez, diversos líderes de aposentados estiveram em Brasília para acompanhar a votação.

Hoje, a reversão da aposentadoria em busca de um benefício melhor não tem previsão legal. Com isso o INSS nega os pedidos administrativamente, e os segurados recorrem à justiça.

A ação sobre a desaposentação envolve o Recurso Especial (RE) 318367, em que quatro aposentadas do Rio Grande do Sul, pedem ao STF que decidam sobre o conflito entre a Lei



Em uma semana o processo da desaposentação foi pautado por duas vezes, mas não foi votado no STF

Renúncia

A desaposentação é a renúncia da aposentadoria para se buscar um benefício melhor, usando a soma de novas contribuições ao INSS. Não tem previsão legal. É negada nos postos da Previdência, e os segurados entram na Justiça

Previdenciária 8.213/91 e a Constituição Federal.

Alegam que, a Constituição prevê a soma do tempo de recolhimento previdenciário após a aposentadoria para quem continua no mercado de trabalho, mas a lei previdenciária não permite.

O conflito já teve um voto favorável aos aposentados, do ministro-relator, Marco Aurélio Mello. O julgamento será feito apenas por nove, dos onze ministros da Suprema Corte, que está desfalcada de dois magistrados.

Como já existe o voto favorável do relator, restam, portan-

to, apenas quatro votos para que o processo seja vitorioso para os aposentados.

INTERROMPIDO

O primeiro julgamento ocorreu em 16 de setembro de 2010. Após o relatório e voto do ministro Marco Aurélio, um outro ministro, Dias Toffoli pediu vistas, interrompendo a sessão.

Se o julgamento traz expectativa para os aposentados que continuam no mercado de trabalho, do outro lado traz preocupação ao Governo Federal.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, já se posicionou a respeito, dizendo que as contas do INSS não vão suportar essa despesa extra que trará impacto negativo à Previdência Social na ordem de R\$ 2,7 bilhões por ano.

NÃO CONCORDA

O ministro-relator Marco Aurélio Mello, entretanto, não concorda com essa tese. Ele argumenta que o sistema é solidário, mas que será um "enriquecimento sem causa" se o

aposentado que continua na ativa não puder contar com essas contribuições para melhorar o valor do seu próprio benefício.

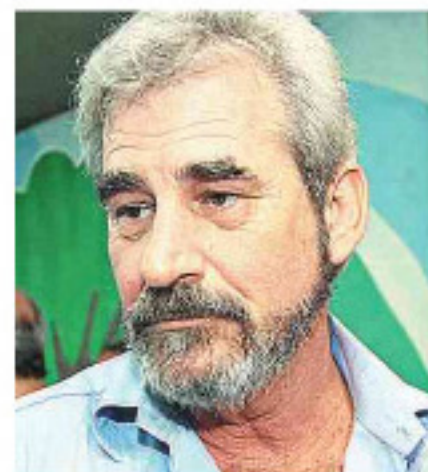
O relator ponderou, entretanto, que até poderia levar em consideração os argumentos da Previdência, caso quem já foi desligado fosse dispensado do pagamento da contribuição previdenciária ou pagasse menos.

Expectativa envolve o País



“É sempre uma luta em busca de direitos que são tirados da noite para o dia”

Marcos Macaé Braz de Oliveira, diretor do Sintracomos



“Expectativa pelo recálculo não é só dos aposentados. Ela domina todo País”

Valdir de Souza Pestana, presidente do Sindicato dos Rodoviários e coordenador da NCST



“Até parece que o aposentado é o culpado por tudo de ruim que ocorre no Brasil. Temos que nos unir”

Geraldino Cruz Nascimento, presidente do Sindicato da Construção Civil



“Se o aposentado está contribuindo para o INSS, é justo que use o tempo para um benefício melhor”

Miguel Fonseca de Jesus Filho, diretor do Sindifupe

Mínimo pode ser de R\$ 619,21

DE BRASÍLIA

A proposta de orçamento do governo federal prevê um aumento de 13,6% do salário mínimo no próximo ano. Com isso, o valor passará dos atuais R\$ 545 para R\$ 619,21. O aumento da despesa, em comparação com este ano, será de R\$ 21,5 bilhões.

Ontem, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, entregou ao Congresso Nacional a proposta de orçamento para 2012, que prevê ainda reajuste localizado para os servidores públicos.

O salário mínimo de 2012 foi calculado com base na soma da estimativa de inflação acumu-

lada de 2011 - de 5,7% - e o crescimento real da economia de 2010 - de 7,5%.

Essa regra foi formalizada em fevereiro deste ano com a aprovação da Lei 12.382, que definiu que o reajuste do salário mínimo, até 2015, vai considerar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses, acrescido do crescimento da economia de dois anos antes.

A maior parte do impacto do salário mínimo (R\$ 21,5 bilhões) cairá nas contas da Previdência Social. A estimativa do governo é que o reajuste contribua com R\$ 13,2 bilhões no

aumento do déficit com pagamento de aposentadorias e pensões dos trabalhadores da iniciativa privada.

Para cada um real de elevação do mínimo, há uma ampliação de R\$ 177,6 milhões no rombo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Pelos parâmetros do orçamento de 2012, que considera uma expansão de 5,5% da economia brasileira entre os anos de 2013 e 2015, o salário mínimo deverá saltar para R\$ 676,18 em 2013; R\$ 741,94 em 2014; e R\$ 817,97 em 2015. (Agência Estado)

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁGINA C-3

Trabalho Ponto eletrônico entra em vigor hoje

A regra do novo ponto eletrônico entra em vigor hoje em 300 mil empresas. A determinação é do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece que o novo equipamento de ponto eletrônico imprima um comprovante ao trabalhador toda vez que for feito registro de entrada e saída, inclusive na hora do almoço.

Aposentados Veto ao reajuste em debate no senado

Hoje, a partir das 9 horas, aposentados estarão debatendo com senadores o veto presidencial ao reajuste da categoria para 2012. O encontro será na Comissão de Direitos Humanos. A reunião será presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS). Aposentados estão com uma agenda de protestos.

Leitura rápida

INSS Pagamento de benefício e 13º

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa a pagar hoje a folha de agosto. Nela, estará embutido um resíduo de 0,06% de reajuste retroativo a janeiro e também a metade do 13º



Fórum de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Inovação
Parque Tecnológico de Santos

20 DE SETEMBRO
Mendes Convention Center - Santos/SP

PROGRAMAÇÃO (sujeita a alteração)

8h / 8h30	Credenciamento e Welcome Coffee
8h30 / 9h20	Palestra de Abertura
9h30 / 10h30	As Políticas de Inovação no Estado de São Paulo e o Parque Tecnológico de Santos
10h30 / 11h50	Os Programas Federais de Fomento à Inovação
11h50 / 13h10	Instrumentos Estaduais de Fomento à Pesquisa e Inovação
13h10 / 14h10	Brunch
14h10 / 15h10	Desafios em Inovação Para o Pré-Sal - Fortalecimento da Pesquisa Aplicada nas Universidades do Parque Tecnológico de Santos
15h30 / 16h50	A Inovação e o Empreendedorismo - Incentivo a Empresas Inovadoras nas Universidades e Incubadora
16h50 / 17h10	Coffee-Break
17h10 / 18h20	Incentivos e Atração de Empresas Inovadoras para o Parque Tecnológico de Santos
18h20 / 19h00	Encerramento Oficial
19h10 / 20h30	Coquetel de Encerramento

Inscrições somente pelo site - Vagas Limitadas

www.gasnaeconomia.com.br
mais informações (13) 3224-2211

Apoio Institucional



Apoio



Patrocínio



Iniciativa



Realização

